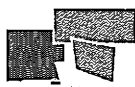


I Congresso Luso-Brasileiro de Direito

2014

Jorge Bacelar Gouveia e Heraldo de Oliveira Silva
(coordenação)

Marco Aurélio Mello
Carlos Ferreira de Almeida
Otávio Luiz Rodrigues Júnior
Jorge Morais Carvalho
Luís Roberto Sabbato
Francisco Pereira Coutinho
Cláudia Trabuço
Márcio Antônio Boscaro
Jorge Duarte Pinheiro
Luís Filipe Salomão
José Lebre de Freitas
Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Hermann Herschander
Maria Eduarda Gonçalves
Pedro Mourão
António Manuel Hespanha



IDILP
Instituto do Direito de Língua Portuguesa


ALMEDINA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

CEDIS
CENTRO DE ESTUDOS
SOBRE DIREITO E SOCIEDADE

340
C749
CUB-1

Sistema de Juizados Especiais Brasileiros¹

LUÍS FELIPE SALOMÃO²

1. Anotações sobre o tema do acesso à Justiça no Brasil

A partir da Constituição de 1988, quando se redemocratizou o país, é que o Judiciário começou a ser demandado pela maioria da população brasileira. Essa explosão de demandas judiciais, funcionando como verdadeiro conduto de cidadania, teve reflexo imediato: a crise do Poder Judiciário.

Na verdade, essa plethora de novas ações representa uma medalha de duas faces. Se, por um lado, é verdade que nunca o Judiciário teve tanta visibilidade para a população, por outro também é verdadeiro que a qualidade dos serviços prestados decaiu muito, especialmente por falta de estrutura material ou de pessoal, além de uma legislação processual inadequada aos novos desafios institucionais.

¹ Vídeo disponível em <http://justicavpt/index.php?p=2244>

² Ministro do Superior Tribunal de Justiça a partir de 17 de junho de 2008. Membro da 2ª Seção do STJ. Presidente da 4ª Turma do STJ, biênio 08/2011 a 08/2013. Membro da Comissão de Jurisprudência do STJ. Presidente da comissão de juristas com a finalidade de elaborar anteprojeto de lei de arbitragem e mediação. Professor Emérito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Professor honoris causa da Escola Superior da Advocacia – RJ. Membro do Conselho Editorial da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

Surge o fenômeno da judicialização das relações políticas e sociais, assim também o tema da democratização do acesso à justiça.

Acesso à Justiça – e não apenas ao Poder Judiciário – implica na garantia de acesso ao justo processo, sem entraves e delongas, enfim, garantia de ingresso em uma máquina apta a proporcionar resolução do conflito trazido, com rapidez e segurança.

A partir dos primorosos estudos de *Mauro Cappelletti e Bryant Garth* (“Acesso à Justiça”, Editora Sergio Antonio Fabris, 2002), inúmeras contribuições para enfrentar o grave problema, dentre as quais se destacam: a) assistência judiciária gratuita; b) as ações coletivas; c) soluções alternativas à jurisdição.

Entre nós brasileiros, a Lei da Ação Popular (nº 4.717/65), a Lei nº 7.347/85 (que trata da ação civil pública) e a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) são exemplos reais de tal preocupação.

Assim também a criação do Sistema de Juizados Especiais, que serão a seguir analisados.

Destacam-se, ainda, os seguintes projetos de lei que tornam obrigatória a mediação no Brasil: Projeto de Lei 4.827, de 1998 (institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos na esfera civil, e dá outras providências), Projeto de Lei 1.345 (acrescenta o art. 512-A ao CPC, instituindo instância conciliatória nos Tribunais), Projeto de Lei 4.891, de 2005 (regula o exercício das profissões de árbitro e mediador e dá outras providências).

Em relação a soluções alternativas à jurisdição, ressalta-se que o Senado Federal aprovou, em 22/11/2012, a criação de comissão de juristas, presidida pelo Ministro Luís Felipe Salomão, para elaboração do anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação (atualmente, em vigor a Lei 9.307/1996, que trata apenas da arbitragem).

2. Juizados Especiais Brasileiros

É nesse panorama que surgiu, no Brasil, um sistema ágil e rápido para auxiliar na resolução do acesso à justiça.

2.1. Os Juizados Especiais, com assento constitucional, foram idealizados para ter criação obrigatória pela União, pelo Distrito Federal e pelos Estados, já que não há mais Territórios, competindo-lhes o julga-

mento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo (artigo 98, inciso I, da Constituição Federal).

Os novos órgãos, integrantes da Justiça Ordinária (artigo 95, da Lei nº 9.099/95), ou seja, órgãos da Justiça Comum – em contraposição às Justiças Especiais (v.g. militar, trabalhista) –, foram obrigatoriamente criados pelos entes políticos no prazo de seis meses contados do prazo de vigência da Lei Federal, embora não houvesse sanção expressa pela omissão.

Note-se, para logo, que a Lei Federal não criou efetivamente os Juizados Especiais, mas apenas traçou normas gerais de processo e procedimento, delegando ao legislador estadual a sua instituição, com possibilidade de estabelecimento de regras especiais, em atenção às peculiaridades locais, desde que em consonância com o regramento federal.

A linha evolutiva que culmina com os Juizados Especiais teve início, a partir de 1980, com os Conselhos de Conciliação e Arbitramento, experiência pioneira dos Juizes do Estado do Rio Grande do Sul. Tais órgãos não tinham existência legal, não possuíam função judicante, com juízes voluntários atuando fora do horário de expediente forense.

A experiência foi tão bem sucedida, obtendo índices altíssimos de conciliação, que logo demandaram regulamentação por lei própria.

A evolução prosseguiu com a edição da Lei Federal nº 7.244/84, que estabelecia os Juizados de Pequenas Causas para julgamento de causas de reduzido valor econômico (até 20 salários mínimos).

O critério adotado, portanto, era o de fixar a competência dos ditos Juizados levando em conta o valor patrimonial da questão.

Os Juizados Especiais de Pequenas Causas foram um sucesso e logo se espalharam por todo o País.

O cidadão, incentivado pela mídia, passou a descobrir que a Justiça era, de alguma maneira, acessível e rápida.

Apesar da estrutura precária, com carência material e de pessoal, sendo que o Juiz, via de regra, acumulava outras funções na Justiça Comum, ainda assim, enfrentando vários problemas estruturais, os Juizados de Pequenas Causas sempre foram lembrados como exemplos de boa administração de justiça.

Depois do advento da Constituição de 1988, determinando a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, como o legislador federal não

apresentava regulamentação para a matéria, alguns Estados passaram a entender, com base no artigo 24, incisos X e XI da Constituição Federal, que teriam competência legislativa concorrente, de modo a criar e regular o processo e procedimento dos novos órgãos previstos em sede constitucional (artigo 98, inciso I, da Constituição Federal).

Assim, o Estado de Santa Catarina criou os Juizados Especiais Cíveis, disciplinando seu funcionamento e estabelecendo as “*causas cíveis de menor complexidade*” (v.g. ações de despejo – ações previstas no artigo 275, inciso II, do CPC – Lei Estadual nº 1.141/93).

Também o Estado do Mato Grosso do Sul criou seus Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei Estadual nº 1.071/90).

No entanto, o Supremo Tribunal Federal decidiu, no *Habeas Corpus* nº 71.713-6/PB, em 26.10.94, que os Estados não poderiam legislar criando os Juizados Especiais Criminais, porquanto a matéria é de competência legislativa exclusiva da União.

Visando regulamentar o artigo 98, inciso I, da Constituição Federal, foram propostos seis projetos na Câmara Federal (Projetos: Deputado Jorge Arbage, Deputado Manoel Moreira, Deputado Dazo Coimbra, Deputado Gonzaga Patriota, Deputado Michel Temer – regulamentando só a parte criminal – e Deputado Nelson Jobim).

O relator, na Câmara Federal, foi o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, que apresentou substitutivo englobando os dois últimos projetos. No tocante a parte cível, o substitutivo aproveitou a proposta do Deputado Nelson Jobim, enquanto que para a parte criminal o relator absorveu o projeto do Deputado Michel Temer, oriundo de proposta da Associação Paulista dos Magistrados – APAMAGIS e do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Após regular tramitação legislativa na Câmara, o projeto fundido seguiu para o Senado Federal, tendo como relator o Senador José Paulo Bisol, que apresentou substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça, onde delegava quase todo o regramento quanto ao processo e o procedimento nos Juizados para os Estados, “*enxugando*”, sobremaneira, o projeto oriundo da Câmara Federal.

No entanto, quando retornou do Senado à Câmara, foi mantido o substitutivo anterior do relator Ibrahim Abi-Ackel, que, levado a plenário, foi aprovado.

Foram necessários sete anos após a Constituição Federal de 1988, prevendo os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para o legislador federal

regular sua atividade. A Lei 9099, de 26.09.95 representa inegável avanço para a justiça brasileira.

Aliás, foram vários os reclamos, não só da sociedade constituída, como também de integrantes do próprio Poder Judiciário, clamando pela Lei Federal que tracejasse as regras dos novos órgãos vanguardistas previstos na Constituição Federal de 1988.

O projeto recebeu a sanção do Presidente da República, com um único veto ao artigo 47, que conferia recurso aos Tribunais locais (Alçada ou Justiça, conforme o caso) de decisões não unânimes das Turmas Recursais. Em boa hora o veto, pois a regra inviabilizaria, por completo, a celeridade reclamada nos novos Juizados.

2.2. Nesta senda, sobrevieram os Juizados Federais (Lei 10.259/2001). O projeto foi produto dedicado da Comissão constituída pelos Senhores Ministros do Superior Tribunal de Justiça, além do então Presidente Costa Leite, pelos Ministros Fontes de Alencar, Ruy Rosado de Aguiar, José Arnaldo da Fonseca, Sálvio de Figueiredo, Ari Pargendler e Fátima Nancy Andrichi.

A Comissão pretendeu, com o anteprojeto apresentado, simplificar o exame dos processos de menor expressão econômica no âmbito da justiça federal, facilitando o acesso à justiça e ao ressarcimento das partes menos favorecidas nas disputas contra a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, com solução célere e sem a necessidade de precatórios para quitação dos eventuais débitos. Como exemplo de um dos pontos positivos da mencionada iniciativa, convém destacar a facilidade, sobremaneira, da tramitação das causas previdenciárias. No que concerne ao âmbito penal, destaca-se o julgamento das infrações de menor potencial ofensivo, com pena máxima privativa de liberdade não superior a dois anos, ou pena de multa.

Em uma tramitação relativamente célere, com duração de menos de um ano, somando o tempo nas duas Casas Legislativas, o Projeto de Lei nº 3.999/2001 da Câmara Federal teve como relator o Deputado Moroni Torgan.

O projeto foi aprovado no Plenário da Câmara e seguiu para o Senado Federal, cuja relatoria restou designada ao Senador Osmar Dias. Após trâmite regular, foi levado ao plenário e aprovado sendo, posteriormente, sancionado pelo Presidente da República sem veto.

2.3. Na sequência, implementando um verdadeiro “sistema” de regras que regulam os Juizados Especiais, veio a Lei 12.153/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Para tanto, foram adaptados os dispositivos pertinentes das Leis 9.099/95 e 10.259/01, com o intuito de estender as lides contras as pessoas jurídicas vinculadas aos Poderes Públicos Estadual, Municipal e do Distrito Federal e territórios.

Deveras, matérias que foram excluídas da competência dos juizados cíveis, dentre outras, as causas de natureza fiscal e de interesse da Fazenda Pública – no âmbito dos Estados e do Distrito Federal –, e as causas para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo de natureza previdenciária e de lançamento fiscal – no âmbito federal, agora são objeto de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Isto porque, justamente esses casos de grande interesse dos supostamente lesados pela Administração Pública não poderiam ficar excluídos do rito célere dos Juizados Especiais. Como exemplos, as multas por infrações de trânsito ou pequenos litígios fiscais.

Convém destacar, ainda, que uma das principais novidades trazidas pela novel legislação refere-se a regulamentação da Turma de Uniformização no âmbito estadual, destinada à sedimentar a interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material (art. 18).

Assim, segundo o art. 18, § 1º, da lei, a divergência entre Turmas do mesmo Estado será julgada em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência de desembargador indicado pelo Tribunal. Todavia, quando a orientação acolhida contrariar súmula do Superior Tribunal de Justiça, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a controvérsia (art. 19). Em se tratando de divergência da Lei Federal entre Turmas de diferentes Estados, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a essa Corte Superior competirá o julgado (artigo 18, § 3º)³.

³ A Resolução nº 12, de 14 de dezembro de 2009, do Superior Tribunal de Justiça, dispõe sobre o processamento, nesta Corte Superior, das reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual e a jurisprudência desta Corte.

Ao contrário das normas anteriores, o Projeto de Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública teve início no Senado Federal, sob o nº 118/2005, cuja relatoria restou designada ao Senador Antônio Carlos Valadares.

Na casa legislativa iniciadora do projeto, o Senador João Batista Motta apresentou emenda substitutiva na Comissão de Constituição e Justiça por entender que haveria necessidade de ajustes redacionais, cujo escopo seria o aperfeiçoamento da instância, acrescentando alguns instrumentos jurídico-processuais para maior celeridade dos trabalhos da justiça, bem como a garantia da maior efetividade das decisões judiciais.

Em regular trâmite no Senado Federal, o substitutivo ao projeto foi dado como definitivo e a matéria seguiu para a Câmara Federal, tendo como relator o Deputado Flávio Dino, cujo Projeto de Lei recebeu o nº 7087/2006. O então Deputado apresentou também substitutivo ao Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, amparado na disciplina dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001) e com sugestões do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE) e da Associação de Juizes Federais do Brasil (AJUFE).

Em 14 de maio de 2009, o substitutivo ao projeto de lei foi aprovado pelo Plenário da Câmara Federal, com votação em turno único. Posteriormente, a matéria retornou ao Senado Federal, que aprovou as alterações enviadas e enviou a proposição para sanção do Presidente da República.

O Presidente da República sancionou o projeto com dois vetos, quais sejam: no art. 2º, § 3º, por entender que “ao estabelecer que o valor da causa será considerado individualmente, por autor, o dispositivo insere nas competências dos Juizados Especiais ações de maior complexidade e, conseqüentemente, incompatíveis com os princípios da oralidade e da simplicidade, entre outros previstos na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”; e, no art. 19, §4º, pois “ao permitir a intervenção de qualquer pessoa, ainda que não seja parte do processo, o dispositivo cria espécie *sui generis* de intervenção de terceiros, incompatível com os princípios essenciais aos Juizados Especiais, como a celeridade e a simplicidade”.

Cabe registrar que o Conselho Federal da OAB ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4847), em tramitação no Supremo Tribunal Federal, cujo relator é o Ministro Gilmar Mendes, em que postula suspender os efeitos do art. 23, da Lei 12.153/2009, que versa acerca da limitação de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nos Estados, pelos Tribunais de Justiça, sob o argumento de que compete a

União Federal, conforme o art. 22, inciso I e parágrafo único, da Constituição Federal, legislar sobre matéria processual.

2.4. Finalmente, importante ressaltar a criação de grupo de trabalho instituído pelo Superior Tribunal de Justiça, com intuito de submeter projeto de lei à apreciação do Congresso Nacional, objetivando implantação da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal, cujo modelo a ser seguido é o da Lei 10.259/2001.

Registre-se que essas alterações legislativas visam sedimentar o sistema dos juizados especiais estaduais da mesma forma como se apresenta o da justiça federal, sem, contudo, desvirtuar as finalidades próprias dos juizados especiais, regidos pelos princípios da celeridade, a informalidade e a simplicidade.

Deveras, a inexistência de turmas estaduais de uniformização de jurisprudência em todos os estados da federação não pode, por si só, inviabilizar a criação da Turma Nacional, uma vez que as alterações propostas visam garantir a efetividade da própria função institucional de tão importante Corte de Justiça, que é, em última análise, a de garantir a uniformidade da interpretação da legislação federal⁴.

⁴ “Altera os arts. 18, 19, 20 e 21 da Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, e acrescenta-lhe o art. 20-A para criar a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 18. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei, incidentalmente em processos em curso, quando houver divergência entre decisões proferidas por turmas recursais ou turmas de uniformização sobre questões de direito material. (NR)

Art. 19. O pedido fundado em divergência entre turmas do mesmo estado e do Distrito Federal será julgado pela turma estadual de uniformização, sob a presidência de desembargador indicado pelo tribunal de justiça. (NR)

Art. 20. O pedido fundado em divergência entre turmas recursais de diferentes estados e do Distrito Federal ou entre turmas de uniformização estaduais que derem a lei federal interpretações divergentes ou decidirem em contrariedade a jurisprudência dominante ou a súmula do Superior Tribunal de Justiça será julgado

pela Turma Nacional, sob a presidência de ministro indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Havendo arguição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à turma estadual de uniformização e à Turma Nacional, será julgado em primeiro lugar o incidente dirigido à turma estadual. (NR)

Art. 20-A. Quando a orientação da Turma Nacional contrariar súmulas ou orientações decorrentes do julgamento de recurso especial processado na forma do art. 543-C do Código de Processo Civil, o ministro presidente da Turma Nacional poderá, de ofício ou mediante provocação das partes e do Ministério Público, suscitar a manifestação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º Nos casos dos arts. 20 e 20-A, estando presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 2º Os pedidos de uniformização fundados em questões idênticas e recebidos subsequentemente em qualquer das turmas recursais ou das turmas estaduais de uniformização ficarão retidos nos autos, aguardando pronunciamento da Turma Nacional, ou se for o caso, do Superior Tribunal de Justiça.

§ 3º O relator poderá requisitar informações ao presidente da turma recursal, da turma estadual de uniformização ou da Turma Nacional e, nos casos previstos em lei, ouvirá o Ministério Público no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 4º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 2º serão apreciados pelas turmas de origem para fins de adequação ou manutenção do acórdão.

Art. 21. Aplicam-se ao pedido de uniformização, no que couber, os arts. 476 a 479 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.” (NR)

Art. 2º Os tribunais de justiça e o Superior Tribunal de Justiça, no âmbito de suas competências, expedirão, no prazo de 90 (noventa) dias da entrada em vigor desta lei, normas regulamentando os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização.

§ 1º A reunião de juízes domiciliados em cidades ou estados diversos deverá ser feita, sempre que possível, por meio eletrônico.

§ 2º O Superior Tribunal de Justiça fornecerá a estrutura administrativa necessária para o funcionamento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Brasília,

3. Síntese e conclusões

Em termos de direito comparado, nosso sistema de Juizados Especiais é único no mundo.

Assim é que a maioria dos Juizados de Pequenas Causas ou Especiais funciona em sistemas judiciais da *common law*.

Contudo, no Juizado brasileiro, a despeito de criado no mundo jurídico da *civil law*, pode o Juiz adotar, em cada caso, a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e as exigências do bem comum (arts. 2º e 6º da Lei nº 9.099/95).

Os Juizados brasileiros possuem competência para causas criminais de menor potencial ofensivo e demandas cíveis com teto de até 40 salários mínimos (US\$13.628)⁵ e:

- a) têm gratuidade para acesso em primeira instância;
- b) dispensam assistência de advogado em causas de até 20 salários mínimos (US\$6.814,00);
- c) não permitem pessoas jurídicas como reclamantes, salvo as micro-empresas em situações especiais;
- d) funcionam em horários noturnos, possibilitando aos que trabalham mais fácil acesso, e ainda contam com conciliadores, que prestam serviço não remunerado e voluntário, democratizando a administração da Justiça.
- e) Na tentativa de composição do conflito, embora a proposta de acordo não seja vinculativa, o próprio registro daquelas formuladas, na ata de audiência, estabelece um constrangimento para o litigante de má-fé. Vale dizer que a proposta de acordo, apesar de não ser um indício que interfira no julgamento de mérito, constitui circunstância importante que, no conjunto, pode influenciar o deslinde da questão.

Em relação ao sistema brasileiro de juizados especiais, mister lembrar importante estudo dos sociólogos Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho, Manuel Palacios Cunha Melo e Marcelo Baumann

⁵ Resultado referente ao salário mínimo atual, no valor de R\$678,00, e à cotação do dólar comercial, no valor de R\$1,99, em 31.01.2013.

Burgos, em livro intitulado “A judicialização da política e das relações sociais no Brasil”, Editora Revan.

Vale conferir um pequeno trecho da obra:

“Com os Juizados Especiais, o Poder Judiciário aprofunda a sua presença na vida social brasileira, cuja tendência, aliás, já se fazia notar na Justiça de Família, na do Trabalho, na da Infância e Adolescência. Nessa nova frente de atividade, contudo, ele se expõe à questão social em sua expressividade bruta, intervindo de modo a não permitir que os muito pobres sejam mantidos fora do sistema institucional, desconhecendo-se os seus dramas humanos, clamores e expectativas em relação à justiça. Os juízes dos Juizados são, por isso, independentemente da compreensão que possam ter acerca das suas atribuições, potenciais “engenheiros” da organização social, construtores virtuais de uma complexa rede de agências, envolvendo pessoas e instituições, cujos papéis são variados, compreendendo desde vizinhos, ou familiares, a pequenas e grandes empresas, passando por organizações comunitárias – de condomínios e associações de moradores –, por entidades filantrópicas e assistencialistas, por igrejas, escolas e clubes. Sua ação, ademais, se desdobra nas diversas etapas do processo, como líderes de equipes constituídas por conciliadores e serventuários, treinando e mobilizando seus assistentes, socializando-os no sentido previsto pela Lei nº 9.099/95, corrigindo os rumos do trabalho de normatização das práticas espontâneas de interação social que chegam ali. Na verdade, os Juizados Especiais são o reduto da “invenção” social e gerencial do juiz, respondendo como um corpo – o seu corpo – à energia e criatividade despendidas para o funcionamento daquele microsistema de justiça”.

A menor, dentre todas as sementes, é a do grão da mostarda. Apesar de pequena, se bem plantada e regada, gera um grande arbusto.

Os Juizados Especiais, de pequenos que são, se bem cuidados podem frutificar para o bem do Judiciário e da cidadania.